

## PODCAST DO CORREIO

## Equidade de gênero é essencial

Advogadas Ana Cristina Santiago e Ana Luísa Tayar, cofundadoras do Donna Jur, falam em defesa de ações que promovam maior representatividade feminina em todas as instâncias, inclusive com mais mulheres no Poder Judiciário

COM APOIO:



» MANUELA SÁ\*

Os direitos das mulheres e como preservá-los foi o tema discutido, na quinta-feira, no *Podcast do Correio*, que recebeu as advogadas Ana Cristina Santiago e Ana Luísa Tayar. Ambas são cofundadoras do Donna Jur, instituto voltado à educação, ao compliance e à justiça de gênero, que exerce a advocacia para mulheres, crianças e adolescentes, além de prestar consultoria a instituições públicas e privadas. Aos jornalistas Ronayne Nunes e Amanda S. Feitoza, elas destacaram a necessidade de maior representatividade no Judiciário e de julgamentos que levem em consideração a questão de gênero.

Ana Cristina, que trabalhou quatro anos na Delegacia de Proteção à Criança e seis anos como chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, observou, ao longo de sua trajetória profissional, a falta de um olhar voltado para as especificidades das mulheres na advocacia e na consultoria especializada. Ela explicou que o Donna surgiu da necessidade de suprir essa carência identificada por meio do contato direto com crianças e adolescentes vítimas de crimes.

Ações como essa têm o potencial de trazer mudanças, na opinião de Ana Cristina. Ela lembrou o papel de movimentos femininos para a criação de delegacias das mulheres. “Elas não surgem por uma avaliação da segurança pública que mostra a necessidade de um espaço especializado de atendimento. Foram os movimentos de mulheres de 1985 que reivindicaram esses espaços”, contou.

Em relação à importância de as empresas se atentarem à equidade, Ana Luísa trouxe dados do

Reprodução/Correio Braziliense



**Em que medida essas diferenças culturais, socioculturais, e aquela situação, colocam a mulher numa posição em que ela precisa ter um cuidado maior, um olhar diferenciado. Isso é você julgar com perspectiva de gênero?”**

Ana Cristina Santiago

**Temos sentados nas cadeiras juízes e juízas que foram criados de certo modo. Existem alguns vieses inconscientes e implícitos que acabam impactando no julgamento daquele caso ou daquela demanda?”**

Ana Luísa Tayar

Fórum Econômico Mundial divulgados no ano passado. O relatório mostrou que, se continuar no ritmo em que está, sem retrocesso significativo, a igualdade de gênero só será alcançada em 123 anos. Para avançar nesse sentido, Ana Luísa falou sobre a importância de tirar a proteção da

formalidade da lei e passar para o campo da prática.

A advogada sugeriu que todos os setores da sociedade atuem antes de uma violência acontecer, com foco nos espaços de formação. “Se a gente educar os pais das nossas crianças e adolescentes, fomentando a equidade de gênero

dentro do ambiente de trabalho, a gente vai evitar o litígio lá na frente”, ressaltou Ana Luísa.

Como principal desafio jurídico para que, de fato, haja a proteção dos direitos das mulheres, Ana Luísa enfatizou que o Poder Judiciário é um reflexo da sociedade e que, por mais que exista

o princípio da imparcialidade, os juízes não são alheios à realidade em que vivem. “Temos sentados nas cadeiras juízes e juízas que foram criados de certo modo. Existem alguns vieses inconscientes e implícitos que acabam impactando no julgamento daquele caso ou daquela demanda”, afirmou.



Aponte a câmera para assistir ao podcast

## Julgamentos

De acordo com Ana Luísa, foi levando essa dificuldade em consideração que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em 2021, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. O normativo estabelece um passo a passo para que os julgamentos sejam realizados de modo a garantir o direito à igualdade.

Ana Cristina defendeu que essa não é uma forma de privilegiar mulheres, como muitos argumentam. “Em que medida essas diferenças culturais, socioculturais, e aquela situação, colocam a mulher numa posição em que ela precisa ter um cuidado maior, um olhar diferenciado. Isso é você julgar com perspectiva de gênero”, explicou.

Outro desafio apontado por Ana Luísa é a falta de representatividade no Poder Judiciário. Atualmente, há 10 ministros e uma ministra no Supremo Tribunal Federal (STF). Para a advogada, a presença de mulheres é essencial, uma vez que esse poder tem influência sobre decisões que impactam o cotidiano da população feminina. “A Lei Maria da Penha, por exemplo, tinha a constitucionalidade questionada até 2012. Foi preciso a validação do STF dizendo que essa lei é constitucional e válida para diminuir os questionamentos”, observou.

Por sua vez, Ana Cristina salientou o papel da Lei Maria da Penha na proteção dos direitos femininos. Ela lembrou que foi por meio dessa legislação que muitas mulheres passaram a identificar a violência.

As advogadas detalharam que legislações penais têm função pedagógica e, no momento em que são criadas, ajudam a entender a dimensão de diferentes assuntos. “A Lei Maria da Penha foi responsável por uma nova ordem no Brasil”, concluiu Ana Cristina.

\* Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso



## Candangos

JORGE HENRIQUE CARTAXO | jorgehenrique.cartaxo@gmail.com  
ESPECIAL PARA O CORREIO

## Teatro Garagem: o Sesc na identidade cultural de Brasília

O Hotel Cassino Hígino, em Teresópolis, foi, durante a Era Vargas, um dos recantos cultivados pela elite do Rio de Janeiro e, de certa forma, de todo o país. Esplendoroso como o Copacabana Palace e o Palácio Quitandinha, em Petrópolis, o Hígino — todo feito em estilo enxaimel — oferecia, comme il faut, luxo e sociabilidade.

Foi no Hígino — entre os dias primeiro e seis de maio de 1945 — que se realizou a Primeira Conferência das Classes Produtoras brasileiras (I Conclap). Aquele encontro histórico tinha boas e claras inspirações. No almoço daquele domingo de maio de 1945, enquanto as elites empresariais brasileiras encerravam a conferência contemplando as montanhas da Serra dos Órgãos, os canhões começavam a silenciar na Europa. Iniciavam-se ali os dois pilares que marcariam a macropolítica mundial nas décadas seguintes: a Guerra Fria (a divisão geopolítica do mundo entre os EUA e a União Soviética) e o Welfare State (o Estado de Bem-Estar Social), que iria definir a reconstrução da Europa com o Plano Marshall e, apesar das institucionalizações distintas, orientar as políticas macroeconômicas no Ocidente.

Em 35 páginas, subscritas por mais de duas centenas de empresários (comerciantes, industriais e produtores rurais) de todo o Brasil, na “Carta Econômica de Teresópolis”, aprovada no I Conclap, a elite empresarial brasileira se colocava,

com rara lucidez, como protagonista da reorganização da economia e do Estado brasileiro. Diante das mudanças e dos desafios do pós-guerra, apresentava o seu entendimento sobre o Estado de Bem-Estar Social e como se posicionaria na Guerra Fria, já em curso. Definia-se ali o que iria prevalecer na Constituinte de 1946, no desenvolvimentismo da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, ainda que indiretamente, na sua meta-síntese: a construção de Brasília.

Em setembro de 1946 seriam criados o Senac — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — e o Sesc — Serviço Social do Comércio. A recém-criada Federação Nacional do Comércio divulgou ainda, nos termos da Carta de Teresópolis, a também histórica Carta da Paz. Nascia um dos mais distintos e exitosos sistemas de serviço social de todo o mundo.

O Sesc instala-se em Brasília em 1967, com a realização de diversos cursos e a promoção das Bibliotecas Ambulantes. Em seguida, depois da inauguração da unidade de Taguatinga, organiza uma programação de férias para crianças, com foco nos amplos espaços de uso comum da cidade. Em 1973, o Sesc realiza a primeira Semana da Criatividade de Brasília, com apresentações musicais, peças teatrais e dança. Em 1974, na Praça 21 de Abril — nas quadras 707/708 Sul —, teve lugar a Primeira Feira do Livro de Brasília. No mesmo período,

Joaquim Firmino/CB/D.A Press



Atores divulgam a peça que está na Ótina do Teatro do Sesc

Continua em cartaz no Teatro Oficina do Sesc a peça *Capital da Esperança*, composta de 18 integrantes, sendo que a criação coletiva do Grupo “Carroça”, 12 deles fazem parte do elenco de *Capital da Esperança*. A peça, que inaugurou o Teatro do Sesc, permanecerá em cartaz até o próximo dia 29, apresentando a construção de Brasília, mostrando alguns casos mais ocorridos naquela época. O grupo “Carroça”, já conhecido em Brasília pela apresentação no ano pas-

**Atores de *A capital da esperança*, em cartaz no Teatro do Sesc, estiveram no CB para divulgar a peça em julho de 1979**

realizou-se também o primeiro Encontro de Livres, Bibliotecários e Escritores da cidade. A partir daí, as Unidades Móveis do Sesc intensificaram suas atividades culturais, recreativas e esportivas nas cidades-satélites. Em Planaltina, essa integração inspirou a criação do

Museu da Cidade, em 1974. Hoje, no velho casarão que pertenceu à família do líder político local e ex-primeiro presidente da Câmara Legislativa de Brasília Salviano Guimarães, está instalado o Museu de Planaltina.

Em 1974, entra em cena a diligente Maria de Souza Duarte, então chefe da Coordenação Socioeducativa, responsável pela redefinição e uso do Núcleo de Treinamento e Recreação (Nutre), na 913 Sul, ainda em fase de construção. Ampliavam-se, na capital, sob a coordenação do Sesc, as festas e espetáculos nos fins de semana; oficinas de teatro, música, cinema, artes plásticas, literatura e artesanato; além de encontros, debates e seminários.

Depois de sua experiência parisiense, em 1976, quando participou de seminários, cursos, visitas e estágios em Casas de Cultura na França, Maria de Souza Duarte convidou Chico Expedito, Humberto Pedrancini, Nivaldo Silva e Michel Bongiovanni para elaborarem o projeto que transformaria a garagem do Sesc 913 Sul em um espaço teatral. No dia 28 de janeiro de 1978, na primeira página do Caderno 2, o *Correio Braziliense* comunicava a Brasília: “Teatro Grande — uma nova proposta cultural” era o título da matéria de página inteira. Na legenda da foto da garagem do Sesc em reforma lia-se: “Hoje, uma garagem vazia. Amanhã, um Teatro Garagem”. Finalmente, no dia 5 de julho de 1979, com a peça *A capital da*

esperança, trabalho de criação coletiva do grupo Carroça, dirigido por Humberto Pedrancini, o Teatro Garagem foi inaugurado em grande estilo. O primeiro texto teatral brasiliense que olhava para a história da própria cidade. O impacto e o sucesso foram extraordinários.

Existe uma cultura candanga? Essa indagação, tão comum no incipiente meio artístico da cidade a partir da segunda metade da década de 1970, havia sido posta, como construção, na UnB entre 1960 e 1968; depois, como resistência, na fundação do Teatro Galpão (Galpazinho), inaugurado em junho de 1975; agora encontrava o espaço que lhe daria os traços de sua primeira identidade perceptível: o Teatro Garagem. A partir dali os novos — e ainda tateantes — movimentos culturais e políticos da cidade teriam, direta ou indiretamente, uma interlocução privilegiada com o Teatro Garagem: o teatro amador, o cineclubismo, o Cuca (Centro Universitário de Cultura e Arte), o Concerto Cabeças, as bandas de rock, o choro; os movimentos negros, feminista, da terceira idade, LGBTQI+, literário e político.

**Jorge Henrique Cartaxo é jornalista, mestre em História pela Universidade Paris-Sorbonne, sócio fundador do Instituto Histórico do Tocantins, sócio correspondente do Instituto Histórico de Goiás e diretor de Relações Institucionais do IHG-DF.**